

**INSTITUTO FEDERAL GOIANO – CAMPUS CERES
ESPECIALIZAÇÃO EM FORMAÇÃO DE PROFESSORES E PRÁTICAS
EDUCATIVAS**

PAULA TAVARES DE SOUZA

**ESTUDO DA EVASÃO ESCOLAR NO CONTEXTO DE CURSOS DE
FORMAÇÃO TÉCNICA MINISTRADOS EM REGIME DE EDUCAÇÃO À
DISTÂNCIA**

**CERES – GO
2021**

PAULA TAVARES DE SOUZA

**ESTUDO DA EVASÃO ESCOLAR NO CONTEXTO DE CURSOS DE
FORMAÇÃO TÉCNICA MINISTRADOS EM REGIME DE EDUCAÇÃO À
DISTÂNCIA**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao curso de Especialização em Formação de Professores e Práticas Educativas ofertado pelo Instituto Federal Goiano – Campus Ceres, como requisito parcial para a obtenção do título de especialista.

Orientação: Prof.^a Dr.^a Maria Lícia dos Santos

**CERES – GO
2021**

Banca Examinadora

Profª Drª Maria Lícia dos Santos
IFGoiano – Campus Ceres

Profª Drª Lorena de Almeida Cavalcante Brandão Nunes
IFGoiano – Campus Ceres

Profª Me Lucianne Oliveira Monteiro Andrade
IFGoiano – Campus Ceres

Aprovada em ____/____/____.

Dedico este trabalho a todos profissionais da educação do IF Goiano que contribuíram para a minha trajetória. Em especial à minha orientadora professora Maria Lícia, e à professora Lorena, que esteve comigo em meio a tantas incertezas.

AGRADECIMENTOS

A Deus, que me proporcionou saúde para poder concluir todo esse trabalho.

Aos meus pais, pela força e apoio de sempre estar comigo em minhas oportunidades de crescimento.

Aos meus colegas de classe, que contribuíram com meu conhecimento, através de suas experiências.

A todos os professores, pelos ensinamentos que me permitiram um melhor desempenho para mais essa formação profissional.

Aos membros da banca, pela disposição e colaboração.

Ao IF Goiano Campus Ceres, pela oportunidade de estudo e qualificação profissional.

RESUMO

O tema central que guiou o presente estudo - refere-se à evasão escolar, com foco em cursos técnicos de educação à distância. Por ser um fenômeno com raízes históricas e sociológicas, é necessário um olhar atento por parte de educadores, instituições de pesquisas, órgãos e representantes educacionais que criam políticas públicas. Levando em consideração que a evasão escolar se manifesta negativamente em forma de fracasso e impedimento de avanços sociais, como o pleno exercício da cidadania, pesquisas com tal foco possuem relevância para promover o combate ou a minimização de seus efeitos. O objetivo do estudo foi buscar compreender os aspectos fundamentais relacionados à evasão em cursos desta modalidade. A metodologia utilizada foi a revisão de literatura, buscando cientificidade através de conceitos e teorizações de autores estudiosos da temática, com levantamento bibliográfico através de publicações em livros, artigos, dissertações e teses cujo tema se centrou na evasão e no fracasso escolar, em contextos educacionais de cursos profissionalizantes, como é o caso do Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (PRONATEC) e do Programa Novos Caminhos. Os trabalhos pesquisados demonstraram que a evasão escolar apresenta causas variáveis, múltiplas e complexas. As principais dizem respeito a fatores como questões de cunho pessoal, falta de apoio institucional, pedagógico e administrativo, e falta de conhecimento e habilidade no uso de tecnologias.

PALAVRAS-CHAVE: Evasão Escolar. Fracasso Escolar. Ensino Profissionalizante. Educação a Distância.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	08
METODOLOGIA.....	11
Estudo Bibliográfico.....	11
Definição dos tópicos.....	12
I - ORIGEM DO PROGRAMA NACIONAL DE ACESSO AO ENSINO TÉCNICO E EMPREGO (PRONATEC) E NOVOS CAMINHOS.....	12
II - EVASÃO ESCOLAR: ENTRE CONCEITOS E A REALIDADE.....	17
III - EDUCAÇÃO À DISTÂNCIA COM ENFOQUE VOLTADO À FORMAÇÃO TÉCNICA.....	19
IV - A EVASÃO NO CONTEXTO DO ENSINO À DISTÂNCIA.....	20
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	23
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	25

INTRODUÇÃO¹

A temática do presente estudo trata-se da evasão ou abandono escolar nos contextos de cursos de formação técnica, ministrados em regime de educação à distância. Com a realização da pesquisa, que foi precedida de uma revisão de literatura narrativa, buscou-se promover reflexões à luz de trabalhos de teóricos, pesquisadores e acadêmicos que se propuseram a analisar a temática, apontando as dificuldades e sugerindo possibilidades. O tema, que é um problema enraizado historicamente no sistema educacional brasileiro, tem ganhado notoriedade, como apontam Dore e Lüscher (2011).

Em sua pesquisa, Sampaio (2018), lembra que, enquanto um fenômeno manifestado no cerne social, a evasão escolar não é tida como algo que surgiu recentemente no âmbito da educação formal. Também, tal problemática não transcorre apenas em nações que se encontram em processo de desenvolvimento social, como comumente é pensado. No caso especificamente da realidade educacional brasileira, a situação tem-se mostrado mais delicada entre jovens de 15 a 17 anos, faixa etária em que está prevista a conclusão do ensino fundamental e o início do ensino médio.

A evasão escolar é um desafio a ser vencido em todas as esferas e modalidades educacionais, não se restringindo à educação básica. De acordo com Costa e Santos (2017), a evasão tem se constituído como real problema a ser superado no campo dos cursos de formação para o mercado de trabalho dentro da educação pública. Segundo os autores, com a chegada do Século XXI, o Brasil passou a investir de maneira mais efetiva em políticas e programas que evidenciavam a formação profissional em nível técnico, primando por atender as novas demandas empregatícias ampliadas com planos de aceleração do desenvolvimento econômico do país.

A política educacional pública mais recente, elaborada para prover a qualificação profissional técnica para o mercado de trabalho, trata-se da efetivação do Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego

¹ O estudo está em consonância com as normas da "Revista Científica Multidisciplinar Núcleo do Conhecimento". ISSN: 2448-0959, Link de acesso: <https://www.nucleodoconhecimento.com.br/educacao/a-insercao>

(PRONATEC). Foi instaurado a partir do ano 2011 e representou um verdadeiro marco inovador na educação técnica brasileira devido ao seu poder de alcance. Em suas origens, o programa tem como objetivo promover a capacitação de milhões de jovens e adultos, buscando possibilitar soluções para a carência de profissionais tecnicamente habilitados e qualificados para atender às demandas do mercado em variadas dimensões e áreas. Assim, a funcionalidade do PRONATEC se processa por intermédio da ministração de cursos gratuitos através de parcerias com as diversas instituições que tradicionalmente ofereciam o ensino profissionalizante, entre elas: Sesc (Serviço Social do Comércio), Senai (Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial), Senac (Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial) e os Institutos Federais de Educação existentes em todo território nacional (Silva Filho e Araújo de 2017).

Com a finalidade de ampliar sua abrangência e poder de alcance através da oferta de maiores números de vagas o PRONATEC, assim como outros programas de formação técnica elaborados, geridos, coordenados e ministrados através das políticas educacionais públicas, passou a se valer também da modalidade de educação a distância (EaD). Entretanto, assim como no ensino presencial, em tal modalidade também são observadas elevadas taxas de evasão ou abandono, como reportam Costa e Santos (2017).

Estudos apontam para a importância dos cursos técnicos profissionalizantes devido à necessidade, cada vez maior, de profissionais qualificados para atender às demandas do mercado. As instituições públicas de ensino que oferecem formação profissional de forma gratuita, por meio de programas e políticas públicas como o PRONATEC, desempenham indispensável função, no que diz respeito à formação de jovens e adultos, para um mercado de trabalho marcado pela competitividade e que requer uma formação eficiente e de qualidade, bem como possibilita a cidadania e oportunidades profissionais.

Partindo da assertiva de que, em uma democracia, na qual se prima por uma governabilidade e poderes que emanam do povo, a educação insta como uma responsabilidade do Estado para com a população. Assim, mais que promover a existência das vagas ao ensino, é preciso levar em consideração a necessidade de promover formas de garantir e assegurar a iniciação e a conclusão dos cursos e programas. Ante a problemática da não completude de

cursos técnicos, é de fundamental importância propor reflexões sobre os fatores e as causas da evasão, visando contribuir para a ampliação do debate, e apontar possíveis soluções (COSTA; SANTOS, 2017).

A evasão escolar tem se destacado como um dos principais problemas que as instituições de ensino têm enfrentado na atualidade. Embora se trata de um fenômeno antigo, vivenciado no âmbito da educação pública e, por vezes, apontado como decorrente de questões como, a falta de espaços ou escolas e o atual contexto das tecnologias da comunicação e informação aplicadas ao ensino à distância, que não foram suficientes para minimizar os altos índices de abandono em cursos técnicos, como atestam Gonzales, Nascimento e Leite (2016).

O PRONATEC, de acordo com as considerações de Peixoto *et al.* (2019), se apresenta como uma grande evolução no ensino técnico, vivenciado a partir da segunda década do Século XXI. A oferta de cursos em modalidades presenciais e à distância em uma escala nacional, tem sido crucial para promover melhorias pertinentes a equidade e igualdade no que tange as oportunidades no mercado de trabalho e a formação da consciência cidadã.

Ante as breves reflexões acima apontadas, cabe mencionar que a pesquisa buscou ancorar sua relevância e justificação na perspectiva de que a evasão escolar é um problema de ordem não puramente educativa, mas também com caráter fundamentalmente social. Estudos e pesquisas que buscam avaliar e compreender o dimensionamento da temática abordada são importantes para favorecer a construção de conhecimento sobre as causas e as manifestações da evasão, da mesma maneira que oferecem possibilidade de propor medidas e formas para sua minimização e enfrentamento (OLIVEIRA; BITTENCOURT, 2020).

A problemática que norteou a pesquisa, baseou-se no fato de que a promoção de cursos profissionalizantes envolve a mobilização de recursos financeiros e educacionais nos contextos das políticas públicas para o setor. Sendo assim, a evasão, ou seja, a não completude do programa não traz prejuízos apenas de ordem econômica, mas também acarreta transtornos sociais, visto que, em tais situações, a educação deixa de cumprir sua valorização e responsabilidade mais abrangente, que é promover a cidadania.

Deste modo, o objetivo basilar do estudo empreendido foi observar na literatura, quais os principais fatores e aspectos relacionados à evasão de cursos

técnicos profissionalizantes. Nesta mesma direção, buscou-se compreender a importância de tais cursos para a profissionalização técnica, quais os fatores especificamente relacionados ao ensino a distância, bem como as possibilidades de enfrentamento da evasão escolar.

METODOLOGIA

Estudo bibliográfico

O presente estudo resultou de uma pesquisa de revisão de literatura, buscando cientificidade através de conceitos e teorizações de autores estudiosos da temática. A revisão bibliográfica é uma importante modalidade de estudo “desenvolvida a partir de material já elaborado, constituído principalmente de livros e artigos científicos” (GIL, 1991, p. 48).

Além de artigos e livros, a pesquisa buscou fontes alternativas para somar em seu *corpus* teórico como publicações, de naturezas diversas, inerentes ao assunto, tais como artigos de jornais e de revistas de caráter científico e acadêmico, dissertações e teses de programas de pós-graduação.

Neste sentido, Marconi e Lakatos (2000, p. 188), explicam que “a pesquisa bibliográfica, abrange a bibliografia já tornada pública em relação ao tema de estudo”. Sua finalidade é colocar o pesquisador em contato direto com tudo o que foi escrito, dito ou filmado sobre determinado assunto, inclusive conferências seguidas de debate. Assim, a pesquisa realizada foi de cunho bibliográfico, que, segundo Marconi e Lakatos (2000, p. 22), “leva o pesquisador a se familiarizar com o que foi escrito, lido ou formulado sobre tal assunto.” Também neste sentido, Cervo (2002), pontua que:

A pesquisa bibliográfica procura explicar um problema a partir das referências teóricas publicadas em documentos. Pode ser realizada independente ou como parte da pesquisa descritiva ou experimental. Em ambos os casos, busca conhecer e analisar as contribuições culturais ou científicas do passado existentes em determinado assunto, tema ou problema. (CERVO, 2002, p. 65).

Para tanto, buscou-se promover reflexões baseadas em autores cujos estudos se enquadram, em uma primeira análise, com a revisão de literatura,

com a finalidade basilar de pôr em evidência conceitos, teorizações e resultados de trabalhos científicos publicados elencando a temática pertinente à evasão escolar, seu dimensionamento e suas manifestações no ensino técnico à distância, como no caso do PRONATEC, bem como buscar cientificidade e experiência no estudo e elaboração de uma pesquisa científica

Definição dos Tópicos

Para dar sustentação à revisão de literatura, a pesquisa foi subdividida em forma de tópicos: I – Origem do Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (PRONATEC) e o Atual Novos Caminhos; II - Evasão escolar: entre conceitos e realidade; III - Educação à distância com enfoque voltado à formação Técnica; IV – A Evasão no contexto do ensino à distância.

I - ORIGEM DO PROGRAMA NACIONAL DE ACESSO AO ENSINO TÉCNICO E EMPREGO (PRONATEC) E O ATUAL NOVOS CAMINHOS

O programa nacional de acesso ao ensino técnico e ao emprego (PRONATEC) foi criado a partir da Lei nº 12.513, de outubro de 2011, com o objetivo de expandir e interiorizar políticas de educação profissional e tecnológica no Brasil, estimulando a articulação dessa política educacional com as políticas de geração de trabalho, emprego e renda, tendo em vista ampliar as oportunidades educacionais dos trabalhadores brasileiros. O Programa também se propôs oficialmente a melhorar a qualidade do ensino médio e, para cumprir esses objetivos, o PRONATEC oferta cursos de formação inicial e continuada de trabalhadores (FIC) e cursos técnicos profissionalizantes em diversas áreas (SOUZA, 2014).

O Programa foi sancionado no governo da presidenta Dilma Rousseff, sob a responsabilidade do ministério da educação (MEC), especificamente a secretaria de educação profissional e tecnológica – SETEC/MEC (BRASIL, 2012). Assim, a Lei de nº12.513 estabeleceu quais são os objetivos estruturais do programa: I Expandir, interiorizar e democratizar a oferta de cursos de educação profissional técnica de nível médio presencial e à distância e de cursos

e programas de formação inicial e continuada ou qualificação profissional; II Fomentar e apoiar a expansão da rede física de atendimento da educação profissional e tecnológica; III Contribuir para a melhoria da qualidade do ensino médio público, por meio da articulação com a educação profissional; IV Ampliar as oportunidades educacionais dos trabalhadores, por meio do incremento da formação e qualificação profissional; V Estimular a difusão de recursos pedagógicos para apoiar a oferta de cursos de educação profissional e tecnológica. VI Estimular a articulação entre a política de educação profissional e tecnológica e as políticas de geração de trabalho, emprego e renda (BRASIL, 2012).

Portanto, a finalidade do PRONATEC consiste em ampliar a oferta de educação profissional e tecnológica, por meio de programas, projetos e ações de assistência técnica e financeira. Essa iniciativa do governo contribuiu de forma significativa para a profissionalização dos jovens, tornando-os capazes de acompanhar os avanços tecnológicos e melhorando as condições de inserção social, política, cultural e econômica dos brasileiros.

De acordo com documento da base legal de criação e orientações do Programa (BRASIL, 2012), é possível entender a forma com que a oferta de educação profissional e tecnológica, por meio de programas, projetos e ações alcança a sociedade, vindo a promover a expansão, a ampliação e o estímulo à difusão e articulação da educação profissional e tecnológica e conseqüentemente as políticas de geração de trabalho, emprego e renda. É importante destacar que as diretrizes do Governo Federal para a gestão do programa estão pautadas em iniciativas e ações.

Podemos destacar as seguintes iniciativas: Bolsa-Formação - dispostas nas modalidades bolsa formação estudante ou bolsa formação trabalhador, visa o fortalecimento das redes de educação profissional e tecnológica por meio da oferta de cursos técnicos e cursos de formação inicial e continuada ou qualificação profissional em unidades de ensino existentes – redes públicas e privadas; Expansão da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica: Criação, expansão e consolidação de unidades dos Institutos Federais por todas as unidades da federação; Programa Brasil Profissionalizado – Escolas Públicas: Criação e consolidação de unidades de escolas técnicas estaduais e do Distrito Federal, com aumento de unidades, ampliação e

fortalecimento da oferta de Educação Profissional em cursos técnicos integrados ao Ensino Médio; Rede E-TEC Brasil: Oferta de cursos técnicos e de qualificação profissional na modalidade a distância gratuitamente; e acordo de Gratuidade com os Serviços Nacionais de Aprendizagem: Oferta de vagas nos SNA, com recursos recebidos da contribuição compulsória. Vagas estas ofertadas de forma gratuitas e destinadas a pessoas de baixa renda, com prioridade para estudantes e trabalhadores. O programa é orientado por legislações e atos normativos como Leis; Portarias do Ministério da Educação; Guia Pronatec de Cursos de Formação Inicial e Continuada – também chamado de Guia Pronatec de Cursos FIC; Resoluções do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação; Notas Informativas – Bolsa Formação e Notas Técnicas (BRASIL, 2012).

Teóricos da temática enfatizam que a educação profissional é um mecanismo indispensável para o crescimento social e econômico da sociedade, e que o PRONATEC se configura como um programa que apresenta perspectivas de crescimento para futuro do Brasil, sendo um importante difusor do ensino técnico e profissional no país, com grande adesão e apoio dos Institutos Federais (VIEIRA; GALLINDO; CRUZ, 2017).

O PRONATEC propõe uma nova política pública em educação, representando uma alternativa de democratização do ensino técnico e profissional promovendo, por meio de legislações específicas um modelo de acesso ao ensino e, sobretudo qualificação profissional para muitos brasileiros. O programa propõe uma linguagem interdisciplinar entre o conhecimento e a qualificação profissional de pessoas que não teriam acesso à educação técnica no país, ou formação profissional técnica, bem como uma qualificação profissional dos que já se encontram no mercado de trabalho (MEIRA, 2015).

Após a finalização oficial do PRONATEC, buscando dar uma resposta às demandas da educação Profissional e Tecnológica, o Ministério da Educação e Cultura (MEC) na gestão do governo do presidente Jair Bolsonaro, instaurou o Programa Novos Caminhos, lançado oficialmente no dia 08 de outubro de 2019, que teve repercussão como uma solução antagônica ao antigo PRONATEC. O programa substituto, segundo De Souza (2020), traz como objetivo alavancar em até 80% o total de matrículas em cursos técnicos e de qualificação profissional, buscando como meta chegar a 3,4 milhões até o ano de 2023. Como se pode

ver, trata-se de uma política pública educacional estabelecida por meio de metas e estratégias.

De modo geral, é possível apontar que o Programa Novos Caminhos surge, como bem assegura Bentin e Mancebo (2020), como estratégia para substituir o PRONATEC, visto que este antigo programa, se assinalou como os dos mais notáveis marcos educacionais no segmento técnico e profissional do governo anterior. Também, observa-se que o novo programa tem fortes associações com as mudanças surgidas no cenário educacional, após as reformas nas políticas deste teor, iniciadas no governo do presidente Michel Temer, sobretudo no que diz respeito a validação da Base Nacional Comum Curricular- BNCC (BRASIL, 2017).

Segundo as autoras, Bentin e Mancebo (2020), a substituição foi procedida como forma da administração governamental negar a continuidade dos programas surgidos na gestão anterior, notadamente rotulados de promover uma “esquerdização” da política nacional. As autoras tecem enérgicas críticas ao programa instaurado, vendo nele uma forma institucionalizada de apresentar um programa com alto teor ideológico, dando maior ênfase as demandas do mercado e se esvaziando de uma abordagem epistemológica, destinada a construir uma educação transformadora da realidade e não uma educação produtivista.

Para Bentin e Mancebo (2020, p.178), o programa foi elaborado “apoiando-se em redirecionamentos ideológicos, de caráter pragmático e economicista, para a desarticulação da política educacional voltada aos trabalhadores em experimentação a partir dos governos de orientação progressista”. Assim, embora voltado ao mercado de trabalho, o programa, segundo as pesquisadoras, prestigia em maior grau o próprio mercado, deixando de valorizar o educando/trabalhador em si.

Dentre as principais críticas ao programa advindo para substituir o PRONATEC, Bentin e Mancebo (2020), salientam ainda que a contextura ideológica assumida pelo governo que o idealizou, desprestigiou uma concepção de educação abrangente e significativa para o aluno. O grande enfoque tecnicista com vistas exclusivas na profissionalização e no preenchimento das demandas do mundo do trabalho, são outros fatores pontuados.

Para as autoras, o programa, que se propôs a ser um marco na formação profissional em níveis técnicos, negando o arcabouço estrutural do antigo PRONATEC, não apresenta quesitos considerados como relevantes no que tange a uma pedagogia do trabalho. Entre estes quesitos, instam questões como pouco enfoque em disciplinas e temas relacionados à formação humana e uma abordagem de ensino voltada a práticas educativas dialéticas.

Neste mesmo sentido, cabe lembrar que Bentin e Mancebo (2020, p. 167), em seu estudo, revelam uma pungente preocupação com o Programa Novos Caminhos, devido ao fato de o programa reforçar uma formação técnica em concomitância com o ensino médio, fazendo com que haja uma minimização da carga horária dos cursos, abreviando conteúdos e disciplinas. Ações desta natureza tendem a desvalorizar o trabalho de instituições como os Institutos Federais que têm uma trajetória histórica “afirmando uma concepção de educação integral e integrada enquanto formação humana de caráter emancipador.”

Em seu estudo De Souza (2020) pontua que o Programa Novos Caminhos foi elaborado em uma perspectiva fortemente tecnicista. De acordo com suas pesquisas, há uma pungente abordagem no programa voltada para conhecimentos basicamente técnicos, deixando de lado metodologias e posicionamentos teóricos destinados a uma educação emancipatória e reflexiva. Também, atenta-se para o fato de que o programa foi idealizado de modo que os gastos investidos com ele, são notavelmente menores que aqueles aplicados para o funcionamento do PRONATEC.

Outro pesquisador da área de políticas educacionais que aponta falhas no programa é Dante Moura (2019). Olhando pelo prisma do poder de alcance que o PRONATEC tinha por estar ancorado nos Institutos Federais, que concernia apoio didático, pedagógico e estrutural/administrativo, o autor não vê, no Programa Novos Caminhos, a mesma força. Para ele, aspectos como menores investimentos e uma maior informatização para o ensino remoto de determinadas disciplinas e conteúdos, fazem com que o programa não tenha a mesma qualidade educacional se comparado com o PRONATEC. Embora, o atual programa conte com os Institutos Federais, houve, segundo Dante Moura (2019), uma maior flexibilização para seu funcionamento, requerendo menos exigências, o que tende a refletir em sua qualidade.

II - EVASÃO ESCOLAR: ENTRE CONCEITOS E A REALIDADE

No Brasil, o abandono e a evasão escolar são problemas enfrentados por gestores e educadores e, por conseguinte, pela sociedade de modo geral. Segundo dados do Fundo Internacional de Emergência das Nações Unidas para a Infância - UNICEF (2014), existem, no Brasil, cerca de 21 milhões de adolescentes, com idade entre 12 e 17 anos, sendo que, de cada 100 estudantes que entram no Ensino Fundamental apenas 59% terminam o 9º ano. Estudantes que, por um motivo ou outro, abandonam ou evadem-se da escola, fazem parte de um grande contingente de cidadãos sem uma formação educacional assistida, com dificuldades de assimilar questões fundamentais de uma vida em sociedade tanto na esfera pessoal, profissional ou no que tange o exercício de sua cidadania (SILVA FILHO; ARAÚJO, 2017). Em âmbito pessoal, a baixa escolaridade pode comprometer a consciência de direitos fundamentais como também, seus deveres. Profissionalmente podem encontrar limitações para assumir cargos que exigem formação acadêmica. A baixa escolaridade pode também dificultar ou comprometer a escolha, com discernimento, de governantes e a compreensão de que podem ter papel importante na estruturação da sociedade (OLIVEIRA; BITTENCOURT, 2020).

É neste sentido que refletir sobre a evasão e abandono escolar resultam em um problema nacional devido às consequências para a sociedade como um todo. É fundamental, portanto, que os fatores que influenciam na incidência e na manutenção de tais problemas, presentes no ambiente escolar, sejam diagnosticados e solucionados para que cada vez mais jovens concluam a educação básica.

Estudiosos da evasão e abandono escolar costumam diferenciar esses fenômenos. Para Coelho (2014), abandonar é deixar de estudar por um determinado período e retornar, sem abandonar os estudos; já evadir, é deixar os estudos, não retornando nos anos seguintes. De acordo com dados do IBGE 2018, um a cada quatro alunos que inicia o ensino fundamental no Brasil abandona a escola antes de completar a última série, colocando o país como

terceiro em maior taxa de abandono escolar entre os 100 países com maior IDH (Índice de Desenvolvimento Humano).

A evasão e o abandono escolar ainda são um grande problema social relacionado à educação brasileira. As metas estipuladas pela Constituição Federal de 1988, determinam a universalização do ensino fundamental e a erradicação do analfabetismo. No entanto, esses objetivos ainda não se concretizaram, mesmo sendo a educação um direito garantido e determinado no art. 6º da Constituição. Nesta carta magna, a educação – juntamente com moradia, trabalho, lazer, saúde, entre outros – constitui um direito social (BRASIL, 1988).

É evidente a diferença existente entre as regiões do país, com diversas formas de interpretação, que não permitem definir exatamente o termo evasão e abandono escolar. A diversificação na definição deste conceito, dificulta a exploração de um estudo específico para identificar as causas e os princípios que podem levar a alternativas claras e objetivas para superação desse problema que perdura até hoje. É basilar a compressão das relações entre os motivos de ingresso e a trajetória dos permanentes, dos desistentes e egressos desse público, dentre muitas outras questões. Evasão, segundo (SILVA FILHO; ARAÚJO, 2017). é o ato de evadir-se, fugir, abandonar; sair, desistir; não permanecer em algum lugar. Quando se trata de evasão escolar, entende-se a fuga ou abandono da escola em função da realização de outra atividade.

A diferença entre evasão e abandono escolar foi utilizada pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira/Inep (1998) e, de acordo com o estudo desenvolvido, abandono significa a situação em que o aluno desliga-se da escola, mas retorna no ano seguinte, enquanto na evasão o aluno sai da escola e não retorna mais para o sistema escolar. Já o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica/Ideb (2012), define o abandono como o afastamento do aluno do sistema de ensino e a desistência das atividades escolares, sem solicitar transferência. Outras Instituições adotam o termo abandono escolar, pois consideram a evasão um ato solitário, levando a responsabilizar o aluno e os motivos externos pelo seu afastamento. Feitosa (2020), chama este fato de fracasso das relações sociais que se expressam na realidade desumana que vivencia o aluno em seu cotidiano. Para o autor, tratar da evasão é tratar do fracasso escolar, o que pressupõe um sujeito que não

logrou êxito em sua trajetória na escola.

III - EDUCAÇÃO À DISTÂNCIA COM ENFOQUE VOLTADO À FORMAÇÃO TÉCNICA

Com base nas pesquisas desenvolvidas no Brasil é possível afirmar que cada vez mais, a educação técnica à distância tem se consolidado como uma modalidade de ensino importante para subsidiar a criação de políticas educacionais cada vez mais próximas aos anseios sociais, especialmente, no que se refere ao letramento social, viabilizando oportunidades, programas e projetos de formação profissional técnica. Isso justifica a relevância dessa modalidade para o desenvolvimento da nossa sociedade (NOBRE; OTTE, 2017).

Partimos do princípio e da concepção de que a educação à distância representa o direito em viabilizar o acesso à educação e à formação inicial e continuada, para ampliar o nível de escolaridade e de formação técnica e profissionalizante de professores e de tantos outros profissionais que dela necessitam. Teóricos partem da compreensão de EaD como um direito preliminar de cidadania, dever prioritário do Estado democrático, política pública básica e obrigatória para a ação de qualquer nível de governo, conteúdo e forma do exercício profissional de educadores (RADIN; LESTON; CUNHA, 2017).

Para (COSTA; SANTOS, 2017), na concepção de EaD estão implicados valores como autonomia, diálogo e respeito à liberdade democrática. Sob esse prisma, compreende-se a necessidade de oferecer formação de qualidade aos professores e os instrumentos necessários ao empoderamento destes no que diz respeito à garantia de uma aprendizagem significativa, a fim de que isso possa se reverberar na transposição didática dos conhecimentos construídos na sua própria ação docente como professor orientador de pesquisas. Uma concepção de EaD pautada no diálogo favorece o desenvolvimento de práticas pedagógicas fortalecedoras para a ação docente.

Segundo o mesmo estudioso, a evasão na escola média geral, ou na modalidade profissionalizante EAD, vincula-se ao maior ou menor grau de democratização do acesso da população a esse nível de ensino. Em muitos países, especialmente na Europa, está praticamente universalizado o acesso à

educação média ou secundária, embora esta não seja compulsória. A não obrigatoriedade desse nível de ensino tem consequências significativas sobre o fenômeno da evasão, levando alguns pesquisadores do assunto a distinguir três dimensões conceituais indispensáveis à investigação do abandono escolar (COSTA, 2017).

A primeira está relacionada aos níveis de escolaridade em que ela ocorre, como a educação obrigatória, a educação média ou a superior; a segunda busca saber de que tipos de evasão se trata, como a descontinuidade, o retorno, a não conclusão definitiva, dentre outras; a terceira razão busca identificar os aspectos que motivam a evasão como, por exemplo, a escolha de outra escola, um trabalho, o desinteresse pela continuidade de estudos, problemas na escola, problemas pessoais ou problemas sociais.

De acordo com Dore e Lüscher (2011), a evasão escolar aponta, ainda, que sua ocorrência na educação técnica é uma das razões mais significativas para a baixa qualificação e habilitação profissionais apresentadas pelos jovens em suas tentativas de ingresso no mercado de trabalho. Para controlar o problema, não é suficiente somente examiná-lo em suas consequências e buscar soluções quando ele já tenha se manifestado. Ao contrário, os pesquisadores assim como Mendes (2013), têm enfatizado a necessidade de políticas públicas com o objetivo de identificar antecipadamente a evasão escolar, de modo a possibilitar o acompanhamento de jovens em situação de risco e, assim, prevenir a ocorrência do problema.

IV - A EVASÃO NO CONTEXTO DO ENSINO À DISTÂNCIA

O modelo de EaD no Brasil vem ganhando destaque nas discussões em torno da construção de políticas educacionais e alcançando cada vez mais credibilidade. Segundo o anuário estatístico AbraEAD (2008), pelo menos 2,5 milhões de pessoas estudam por meio da EaD. É importante ressaltar que, nesses dados, não estão sendo levados em consideração os cursos livres de línguas, matérias a distância de cursos presenciais etc. Nos últimos três anos o número de instituições que ofertam cursos a distância no Brasil cresceu 54,8%. Considera-se um grande crescimento, uma vez que vem aumentando

significativamente (ROCHA, 2016).

Esse crescimento, está associado à busca por conhecimentos e educação ao longo da vida, atributos estes que são reconhecidos como elementos fundamentais para o desenvolvimento humano e social. Esse aumento ocorre devido à EaD ser mais flexível do que os modelos tradicionais de educação, possibilitando uma melhoria na qualidade do processo educativo (RAMOS, 2016).

Para Bittencout e Mercado (2014), a evasão de alunos na modalidade EaD tem sido abordada como um dos problemas que está muito presente em todas as instituições educacionais e em todos os níveis de ensino. São vários os motivos que levam as instituições, sejam elas públicas ou privadas, a ter uma maior preocupação com o problema da evasão na EaD. Os principais problemas são: para o setor público, os recursos investidos sem o devido retorno; para o setor privado, importante perda de receita; para ambos os setores, fonte de ociosidade de professores, funcionários, equipamentos e, em algumas situações, espaço físico. Este cenário de evasão está presente em todas as modalidades de ensino, sejam elas presencial, semipresencial ou à distância (SÁ-JARDIM; SANTOS; LEÃO, 2016).

De acordo com Abbad, Carvalho e Zerbini (2006), no contexto do ensino EaD, percebe-se que diversos fatores influenciam a evasão dos alunos nestes cursos, como: insatisfação com o tutor; dificuldade de acesso; complexidade das atividades; dificuldade de assimilação da cultura inerente a falha na elaboração do curso; expectativas descuidadas por parte dos alunos; tecnologia inadequada; falta de habilidade para usar a tecnologia corretamente; tempo insuficiente para realizar os estudos.

Segundo Almeida *et al.* (2013), há duas causas variáveis importantes para este estudo. A primeira, de ordem endógena, está diretamente ligada ao aluno quando está na instituição de ensino, sendo explicada por: atitudes comportamentais, motivos institucionais e requisitos didático-pedagógicos do curso; a segunda, de ordem exógena, encontra-se diretamente ligada ao aluno antes de entrar na instituição, englobando: fatores sóciopolítico-econômicos, vocação pessoal, características individuais e conjecturais, etc. A EaD possibilita a muitas pessoas poderem estudar, democratizando a educação em lugares onde as universidades não conseguem chegar, priorizando uma educação de

qualidade. Esse processo só é possível com a incorporação das TIC, formando um novo cenário educacional no Brasil, oportunizando acesso a informação e conhecimentos a pessoas que estão distantes dos grandes centros urbanos, possibilitando uma certificação para esses sujeitos.

Em seu estudo, Almeida *et al.* (2013) analisou respostas de um questionário aplicado a 270 alunos que se evadiram de um curso profissionalizante desenvolvido em modalidade de educação à distância na Universidade de Brasília (UnB). Os autores agruparam as respostas concernentes às causas para evasão em quatro grupos básicos: Fatores Situacionais; Falta de Apoio Acadêmico; Problemas com a Tecnologia e Falta de Apoio Administrativo. Isto pode ser melhor observado no quadro que segue abaixo:

Quadro - principais causas de evasão em cursos EAD

POSIÇÃO	CAUSAS	DEFINIÇÃO	NÚMEROS DE RESPOSTAS	PERCENTUAL
1ª	Fatores Situacionais	Relacionado a aspectos familiares, profissionais e pessoais	111	42%
2ª	Falta de Apoio Acadêmico	Aspectos relacionados a interação entre alunos, tutores e professores	70	24%
3ª	Problemas com a Tecnologia	Falta de habilidades e competências no uso de recursos tecnológicos	46	16%
4ª	Falta de Apoio Administrativo	Problemas relacionados ao apoio ofertado pela instituição de ensino	43	18%

Fonte: Almeida *et al.* (2013).

Apesar da importância dos cursos à distância como ferramenta de desenvolvimento de competências humanas para o trabalho, existem poucas

pesquisas que avaliam esses cursos e, em particular, os índices de evasão. São raros os trabalhos que investigam os fatores que influenciam na decisão do aluno em desistir de um curso na modalidade de EaD. Muitos trabalhos fazem referência às causas internas, outros às causas externas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

No transcorrer do presente estudo, buscou-se propor à luz da literatura especializada, algumas reflexões acerca da evasão escolar de cursos técnicos, pondo em evidência possíveis causas que impendem os alunos de concluírem cursos desta natureza. Constatou-se que a evasão é um dos principais entraves que impedem o alavancar dos índices de êxito e sucesso educacional; portanto, um tema que merece muito atenção e consideração.

Por ser um fenômeno com raízes históricas e sociológicas, é necessário um olhar atento por parte de educadores, instituições de pesquisas, órgãos e representantes educacionais que criam políticas públicas. As causas, como pode ser visto ao longo do presente trabalho, podem ser consideradas como multifatoriais. Contudo as consequências, mais assinaladas especificamente nos cursos de caráter técnico para formação de mão de obra para o mercado de trabalho, referem-se à falta de investimento público, levando o aluno evadido a perder a oportunidade de concluir uma formação.

Mesmo existindo no Brasil há mais de três décadas, vindo a ser fortificada a partir da promulgação da Lei de Diretrizes e Bases da educação (LDB) de 1996, a educação a distância, tantas vezes vistas como um avanço no território educacional, também é vista como um desafio. A evasão escolar, também é amplamente vivenciada nesta modalidade. O ensino remoto, tido como uma vantagem, não coíbe significativamente a evasão, o que, por sua vez, revela a profundidade da questão relacionada a este tema.

A educação tecnológica profissionalizante representa um importante elemento formativo educacional, sendo responsável pela formação de profissionais para atuarem diretamente no mercado de trabalho amplamente marcado pela competitividade. Portanto, a educação técnica precisa cada vez

mais ser pensada e estruturada de modo a conciliar as demandas do mercado com as necessidades educativas do aluno. Por isso o sujeito aprendente não pode mais ser visto como uma “tábula rasa” ou um mero cumpridor de funções burocráticas. O aluno precisa ser visto como ser pensante e sujeito ativo na construção de conhecimentos que se lhe serão válidos por toda vida.

Muitos estudos realizados por pesquisadores com experiência na temática da evasão escolar apontam que, em cursos técnicos, em especial cursos ministrados de maneira remota, as causas são variadas. A razão é que cada aluno é dotado de múltiplas características, além da própria subjetividade, inerente ao ser humano. Contudo questões como problemas sociais, relacionados a aspectos familiares e ao mundo de trabalho, além de falta de habilidade técnica na utilização de recursos tecnológicos, falta de apoio institucional e acadêmico, são tidos como as principais barreiras que impedem a conclusão efetiva de um curso técnico nesta modalidade.

Espera-se, com a presente pesquisa, ter contribuído para uma melhor compreensão de tão importante temática para a formação e qualificação de profissionais e para a cidadania das pessoas envolvidas.

REFERÊNCIAS

ABBAD, G. S.; CARVALHO, R.; ZERBINI, T. Evasão em curso via Internet: explorando variáveis explicativas. **Revista RAE**, v. 5, n. 2, p. 1-22, 2006.

ALMEIDA, O. C. de S. *et al.* Evasão em cursos à distância: fatores influenciadores. **Revista Brasileira de Orientação Profissional**, v. 14, n. 1, p. 19-33, 2013.

Anuário Brasileiro de Educação à Distância (**AbraEAD**), de.2008.

BENTIN, P.; MANCEBO, D. "Novos caminhos" apontados à formação para o trabalho nos Institutos Federais. **RTPS - Revista Trabalho, Política e Sociedade**, v. 5, n. 8, p. p. 159-174, 2020. *Revista Holos*, v. 08, n. 03, p. 172-190, 2020.

BITTENCOUT, I. M.; MERCADO, L. P. L. Evasão nos cursos na modalidade de educação a distância: estudo de caso do Curso Piloto de Administração da UFAL/UAB. **Ensaio: Avaliação Políticas Públicas Educacionais**, Rio de Janeiro, v.22, n. 83, p. 465-504, 2014.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília: Ministério da Justiça, 1988.

BRASIL 2012. **portal.mec.gov.br**.

BRASIL. Base Nacional Comum Curricular (**BNCC**). Educação é a Base. Brasília, MEC/CONSED/UNDIME, 2017.

CERVO, A. L.; BERVIAN, P. A. **Metodologia científica**. São Paulo: Prentice Hall, 2002.

COELHO, A. J. D. P. **Permanência e abandono escolar na educação profissional: um estudo sobre Instituições Federais de Joinville e Jaraguá do Sul**. 2014. 225 f. Dissertação – (Mestrado em Tecnologia) – Programa de Pós-Graduação em Tecnologia, Universidade Tecnológica Federal do Paraná, Curitiba, 2014.

COSTA, L. R.; SANTOS, J. C. A evasão em cursos técnicos a distância. **Educar em Revista**, Curitiba, Brasil, n. 66, p. 241-256, 2017.

DE SOUZA, F. R. Programa Novos Caminhos: a retomada de velhas direções para a educação técnica no Brasil. **Anais do Colóquio Internacional "Educação e Contemporaneidade"**, v. 14, n. 1, p. e14200119-e14200119, 2020.

DORE, R.; LÜSCHER, A. Z. Permanência e evasão na educação técnica de nível médio em Minas Gerais. **Cadernos de Pesquisa**, v. 41, n. 144, p. 772-789, 2011.

FEITOSA, M. S. **A evasão na educação profissional: do entendimento da problemática a propostas de enfrentamento.** Salgueiro-PE: Editora do IF Sertão, 2020.

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa.** São Paulo: Atlas, 1991.

GONZALES, R. A.; NASCIMENTO, J. C.; LEITE, L. B. Evasão em cursos à distância: um estudo aplicado na Universidade Corporativa da Secretaria da Fazenda do Estado da Bahia. **Revista do Servidor Público**, Brasília, v. 67, n. 4, p. 627-647, 2016.

INEP (Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira)2018.

IDEB (Índice de Desenvolvimento da Educação Básica)2012.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Fundamentos de Metodologia Científica.**2000.

MEIRA, C. A. **A evasão escolar no ensino técnico profissionalizante: um estudo de caso no Campus Cariacica do Instituto Federal do Espírito Santo.** 2015. 118 f. Dissertação – (Mestrado em Gestão Pública), Programa de Pós-Graduação em Gestão Pública, Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2015.

MENDES, M. S. Da inclusão à evasão escolar: o papel da motivação no ensino médio. **Revista Estudos de Psicologia**, Campinas, v. 30, n. 2, p. 261-265, 2013.

MOURA, D. É um ataque ao direito dos filhos da classe trabalhadora de terem acesso ao conhecimento. [Entrevista concedida a] Maíra Mathias. **Revista da Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio/Fiocruz**, Rio de Janeiro, 06 nov. 2019.

NOBRE, A. L.; OTTE, J. A evasão na educação a distância: analisando a realidade do curso técnico em alimentação escolar do programa Profuncionario. **Revista Thema**, v. 14, n. 3, p. 313-327, 2017.

OLIVEIRA, W. P.; BITTENCOURT, W. J. M. A evasão na EaD: Uma análise sobre os dados e relatórios, ano base 2017, apresentados pelo Inep, UAB e Abed. **Revista Educação Pública**, v. 20, n. 3, p. 21-43, 2020.

PEIXOTO, M. A. N.; *et al.* Análise exploratória sobre os índices e causas de evasão de uma instituição de ensino da rede federal de educação profissional, científica e tecnológica. In: **Caderno de Resumos do I SER Seminário sobre Evasão e Reprovação no Ensino Médio, Técnico e Superior.** Nepomuceno-MG: Editora Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais, 2019.

RADIN, M. M. T.; LESTON, S. S.; CUNHA, M. S. Limites da ead para a materialização do direito à educação: um estudo sobre a evasão. **Revista Práxis Educacional**, Vitória da Conquista, v. 13, n. 24, p. 55-75, 2017.

RAMOS, J. L. C. **Uma abordagem preditiva da evasão na educação a distância a partir dos construtos da distância transacional.** 2016. 261 f. Tese

– (Doutorado em Ciência da Computação) – Centro de Informática, Universidade Federal do Pernambuco, Recife, 2016.

ROCHA, M. C. Educação a distância e evasão escolar: análise do curso de serviço social de uma instituição de educação superior do Distrito Federal. **Revista Projeção e Docência**, v. 7, n. 2, p. 49-60, 2016.

SÁ-JARDIM, A. C. G.; SANTOS, A. G.; LEÃO, C. R. S. Evasão discente nos cursos Pro funcionário do polo sede de Teófilo Otoni/MG, da Rede E-TEC Brasil, do IFNMG. **Revista Científica Vozes dos Vales**, v. 5, n. 10, p. 3-18, 2016.

SAMPAIO, F. E. R. **Programas de aprendizagem no combate à evasão escolar**: proposta de intervenção em uma escola pública de ensino médio do município de Fortaleza-CE/Brasil. 2018. 148 f. Dissertação – (Mestrado em Docência e Gestão da Educação) – Faculdade de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Fernando Pessoa, Porto-Portugal, 2018.

SILVA FILHO, R. B.; ARAÚJO, R. M. L. Evasão e abandono escolar na educação básica no Brasil: fatores, causas e possíveis consequências. **Educação Por Escrito**, Porto Alegre, v. 8, n. 1, p. 35-48, 2017.

SOUZA, J. A. S. **Permanência e evasão escolar**: um estudo de caso em uma instituição de ensino profissional. 2014. 152 f. Dissertação – (Mestrado em Gestão e Avaliação da Educação Pública) – Centro de Políticas Públicas e Avaliação da Educação, Universidade Federal De Juiz de Fora, Juiz de Fora, 2014.

UNICEF. Brasília, 2014.

VIEIRA A. C. F.; GALLINDO E. L.; CRUZ H. A. **Plano estratégico para permanência e êxito dos estudantes do IFCE**. Fortaleza: IFCE, 2017.